

## AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P NOS CAMPI DO IFRN: UM OLHAR A PARTIR DOS GESTORES

M. O. MONTEIRO e G. L. P. CAMELO\*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande de Norte  
gerda.camelo@ifrn.edu.br\*

Artigo submetido em agosto/2015 e aceito em novembro/2015

DOI: 10.15628/empiricabr.2015.3338

### RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores do IFRN, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Para isso foi utilizado um questionário estruturado de acordo com as dimensões que compõem o eixo temático da A3P: gestão adequada dos resíduos, licitação sustentável, uso racional dos recursos naturais e bens públicos, sensibilização e capacitação dos servidores e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Através dos resultados pôde-se constatar que a dimensão que apresentou maior desempenho foi a que se refere a

qualidade de vida no ambiente de trabalho, sendo a dimensão uso racional de recursos naturais a pior avaliada dentre todas, muito embora existam ações isoladas para melhoria da mesma. Desta forma, este estudo coloca como sugestão a busca da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) de forma sistêmica, visando a verdadeira prática da preservação do meio ambiente para a atual e futuras gerações, fazendo com que o IFRN passe a vanguarda das questões ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação ambiental, A3P, Gestão Pública, Recursos Naturais, Qualidade de Vida.

## ENVIRONMENTAL AGENDA IN PUBLIC ADMINISTRATION - A3P IN THE CAMPUS OF THE IFRN: A VIEW FROM THE MANAGERS

### ABSTRACT

The present study had as main objective to measure the level of environmental awareness of managers of IFRN, from the perspective of the Environmental Agenda in the public administration (A3P). For this we used a structured questionnaire according to the dimensions that make up the thematic axis of A3P: proper management of waste, sustainable procurement, rational use of natural resources and public goods, awareness-raising and training of servers and quality of life in the work environment. Through the results might be seen that the

dimension that showed the highest performance was referred to the quality of life in the work environment, being the rational use of natural resources the worst evaluated among all, although there are isolated actions to improve it. Thus, this study puts as a suggestion to seek implementation of the Environmental Agenda in the public administration (A3P) systemic way, aiming at the true practice of preservation of the environment for current and future generations, causing the IFRN pass in the forefront of environmental issues.

**KEYWORDS:** Environmental Education, A3P, Public Management, Natural Resources, Quality of Life.

## 1 INTRODUÇÃO

A extensão das questões ambientais configura-se crescentemente como um quesito envolvendo um grupo de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Partindo daí, as questões sociais e ambientais vêm despertando grande interesse por parte daqueles que fazem a educação no nosso país. Apesar disso, ainda são incipientes as práticas observadas nas Instituições Federais de Ensino, as quais deveriam assumir o papel de conscientizar e qualificar os cidadãos na busca de uma preservação efetiva do meio ambiente, bem como de uma consciência social apurada. Segundo Mayor (1998), a educação é a chave do desenvolvimento sustentável e autossuficiente. A educação deve ser fornecida a todos os membros da sociedade, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se instruir ao longo da vida.

As Instituições de Ensino precisam assumir o papel de destaque que lhes cabe, na preparação dos estudantes, no desenvolvimento tecnológico e no fornecimento de conhecimento para a construção de uma sociedade sustentável e justa, buscando transcender o saber para além dos muros da sala de aula, com atuações práticas, indo mais longe daquilo que teorizam.

Segundo Leff, (2001): s movimentos ambientalistas caracterizam-se pela diversidade de suas motivações, seus interesses e suas ações; sua heterogeneidade transcende uma classificação formal segundo suas origens de classe ou suas vinculações partidárias, dependendo antes das diferentes concepções e estratégias em que se inscrevem suas práticas. A especificidade de cada movimento ambientalista provém das condições culturais e do meio ecológico onde se desenvolve como também das circunstâncias políticas, econômicas e institucionais onde se inscreve e adquire sua identidade através de suas práticas concretas.

Neste sentido, o IFRN necessita aprimorar seu projeto político-pedagógico estimulando cada vez mais o aparecimento do homem-cidadão enquanto ator político, para pensar e construir a proposta eco-desenvolvimentista, assumindo a responsabilidade de preparar as novas gerações para um futuro viável. “Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais – implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais” (COM, 2007).

O objetivo desse estudo é mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores que fazem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Para isso, este trabalho propõe uma abordagem exploratória para avaliar a gestão ambiental dos gestores do IFRN, de acordo com a aplicabilidade dos eixos norteadores da A3P, bem como identificar dificuldades enfrentadas na implementação de medidas ambientais, além de buscar caracterizar os respectivos gestores e seus Câmpus.

A modernização e as transformações na administração pública vêm cada vez mais requerer que os agentes públicos desenvolvam esforços para melhorar o aparato institucional do Estado. É sabido que a administração pública brasileira apresenta problemas de estruturação e de gestão, onerando e tornando lento este sistema. Por isso o grande desafio é diagnosticar e implementar ações que visem a melhoria do mesmo gerando resultados positivos.

O estudo proposto vem corroborar com os interesses do IFRN, no sentido de buscar condições necessárias para a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em seus Câmpus, oportunizando uma maior relação com as questões ambientais dentro e fora da sala de aula.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 Educação para o Meio Ambiente

A educação assume um caráter ecológico importante na atual conjuntura em que vivemos, pois os valores ligados à convivência social humana em relação ao meio ambiente precisam ser incorporados de forma pedagógica aos processos educativos. É neste contexto que a Educação Ambiental se apresenta para trabalhar tais valores. Freire (2007) alerta-nos para a necessidade de considerarmos a realidade do indivíduo no ato de educar. Para ele, educa-se a sociedade através de práticas sociais coletivas como educação popular e a educação ambiental se confunde com uma educação pela cidadania e a busca da mesma.

A Educação Ambiental que necessitamos no âmbito das instituições de ensino deve visar modificar as relações entre a sociedade e a natureza em função da melhoria da qualidade de vida, como também deve buscar mensurar como esta educação é percebida pelas comunidades. Trata-se de uma educação que propõe a transformação do sistema produtivo e do consumismo em uma sociedade baseada na solidariedade, afetividade e cooperação, visando à justa distribuição de seus frutos entre todos (VIEZZER; OVALLES, 1994).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, tem como função social promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão. Isto tem significado, ao longo de toda a história da instituição, um esforço para propiciar a seus alunos um ambiente propício à reflexão crítica sobre a conjuntura em que estão inseridos e a profissão que escolheram, de modo a se transformarem em agentes de uma sociedade mais justa e igualitária. (IFRN, 2012)

Na busca de promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, os gestores do IFRN, enquanto gestores públicos, buscam implementar políticas públicas mediante ações interativas que concorram para as transferências e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

### 2.2 Gestores Públicos e o seu papel na implementação de Políticas Públicas

A definição sobre o papel do gestor público é um dos maiores desafios daqueles que se propõem a exercer qualquer função no aparelho administrativo do Estado. Esse desafio reside no fato de não existir um modelo político único (ou acabado) que possa ser aplicado a qualquer tipo de sociedade ou cultura. A administração pública de uma forma geral pode ser entendida como “o conjunto de atividades especificamente destinadas à execução concreta de tarefas, ou incumbências consideradas de interesse público ou comum numa coletividade ou numa organização estatal” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000).

Para Melazzo et al (2003), a terminologia geralmente está representando fenômenos institucionais, decisórios e sociais, podendo-se entender Políticas Públicas como: 1- campo de forças; 2- curso de ação conscientemente escolhido; 3- espaço de tomadas de decisões e 4- processo de concretização dos direitos sociais declarados e garantidos por lei. Inclusive, os mesmos autores afirmam que, ao conceber Políticas Públicas como uma agenda consensual, pode-se identificar o escopo das relações sociais, bem como dos atos de medição e controle da sociedade analisada. Bucci (2002), afirma que no âmbito da dimensão prática a política pública é compreendida como “programa de ação governamental para um setor da sociedade ou espaço geográfico”. Neste contexto, a responsabilidade do gestor público, como elemento catalisador da inclusão, do desenvolvimento e da sustentação do ambiente social, torna-se fundamental, porém emergem desafios a serem enfrentados.

Segundo Bittar (2002), o gestor público em sua função, está à frente de cinco desafios consecutivos, independentemente de sua área de atuação. São eles: 1) Organizar o espaço público, objetivando o melhor convívio social; 2) Definir formas de gerenciamento da coisa pública e dos recursos a ela ligados; 3) Estabelecer estratégias de definição dos critérios para o alcance de fins comuns; 4) Conduzir a eleição das molas propulsoras do desenvolvimento da sociedade e 5) Proporcionar a definição de ideologias que predominarão na construção da arquitetura da sociedade.

Desta forma, torna-se imprescindível para qualquer gestor, independente da área de atuação, possuir a clara compreensão de seu papel e responsabilidade, para que o exercício de sua função possa gerar efeitos positivos concretos, impulsionadores de um contínuo e crescente desenvolvimento social. Numa perspectiva de materializar ações e manter uma sintonia com as demandas de políticas, a exemplo a ambiental que vem merecendo atenção especial dentro da gestão pública, a Agenda Ambiental na administração Pública (A3P), aparece como uma ferramenta de grande importância para o sucesso efetivo das políticas ambientais dentro do serviço público.

### 2.3 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - é um programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios ambientais; que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo; até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados tendo como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. (Ministério do Meio Ambiente, 2012a)

A A3P foi reconhecida pela relevância do trabalho e dos resultados positivos que obteve ao longo do seu desenvolvimento, sendo consagrada, em 2002, com o prêmio Unesco "O melhor dos exemplos", na categoria Meio Ambiente. Diante da sua importância, a A3P foi incluída no PPA 2004/2007 como ação, no âmbito do programa de educação ambiental. Essa medida garantiu recursos para que a A3P possa ser efetivamente implantada e tornar-se um novo referencial de sustentabilidade socioambiental das atividades públicas.

A partir de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Nesse novo arranjo institucional a A3P

foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do governo e passou a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas na gestão pública.

A A3P é um organismo de suma importância para a conscientização de gestores e demais funcionários dos órgãos públicos sobre a necessidade de se criar uma consciência ambiental no dia a dia de trabalho. É preciso que as pessoas que fazem a gestão pública desenvolvam o princípio da economicidade e eficiência, uma vez que a administração pública é uma grande consumidora/usuária dos recursos naturais.

Para que haja a implementação da A3P os órgãos públicos devem seguir os seguintes passos: 1. solicitar adesão através da assinatura do termo de adesão, 2. Criação e regulamentação da Comissão da A3P buscando envolver servidores das várias áreas da instituição, 3. realizar diagnóstico da situação, identificando pontos críticos, avaliando os impactos ambientais e desperdícios, 4. elaborar o planejamento integrado, envolvendo o maior número de colaboradores e áreas de trabalho, 5. definir projetos e atividades a partir do diagnóstico, priorizando ações de maior urgência, 6. Implementar atividades propostas, realização de treinamentos, disponibilização de recursos físicos e/ou financeiros, 7. avaliar e monitorar o desempenho ambiental, identificar falhas e pontos de melhoria, 8. promover melhoria contínua pela avaliação sistemática, replanejamento e implementação de procedimentos, formação de funcionários, implantação de novas tecnologias.

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) apresenta como eixos temáticos norteadores: a gestão adequada dos resíduos, a licitação sustentável, a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a sensibilização e capacitação dos servidores e o uso racional dos recursos.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Classificação e Delimitação da Pesquisa

A presente pesquisa se caracteriza por ser descritiva, conforme afirma Gil (2002). Segundo o autor, a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Foi utilizado para coleta de dados a aplicação de um questionário com os Diretores Gerais e o Reitor do IFRN.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa é caracterizada como estudo de caso (VERGARA, 2004). Segundo a autora, o estudo de caso “[...] é circunscrito a uma ou poucas unidades [...]. tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”. A pesquisa foi delimitada exclusivamente aos Câmpus do IFRN.

Por fim, o projeto caracterizou-se por propor o desenvolvimento de uma pesquisa com características quali-quantitativa, com perguntas abertas e fechadas. No tocante aos aspectos qualitativos, faz-se importante destacar que esta tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre o tema.

Além disso, a pesquisa qualitativa mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. De acordo com Oliveira (2000), o método qualitativo “sempre” foi considerado como método exploratório e auxiliar na pesquisa

científica. Esta metodologia foi importante para agregar proposições que não estavam especificadas no questionário, deixando os respondentes se expressarem livremente sobre o tema.

A pesquisa quantitativa, por sua vez, utiliza técnicas estatísticas implicando na construção de inquéritos por questionário. Bourdon(1989),concebe como característica dos métodos quantitativos a pressuposição de uma população de objetos de observação comparáveis entre si. Esta metodologia se fez necessária para a aplicabilidade do estudo em questão, no sentido de quantificar as informações para dados estatísticos.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, no período de julho de 2012 a agosto de 2012.

Para Yin (2001), um estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Seguindo os pressupostos de Yin (2001), foi definido que a pesquisa seria desenvolvida como forma de estudo de caso, observando e analisando as potencialidades para o desenvolvimento de atividades ambientais e a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública nos Campus do IFRN.

Dessa forma, foi definida a realização de uma pesquisa censitária com os 15 (quinze) Diretores Gerais do IFRN além do Reitor, sendo que desses, apenas 9 (nove) Diretores Gerais e o Reitor responderam o instrumento da pesquisa deixando de participar 6 (seis) Diretores Gerais.

### 3.2 Descrição do Processo de Coleta de Dados

Foi aplicado para coleta de dados primários um questionário com os Diretores Gerais dos Câmpus de Cidade Alta, João Câmara, Mossoró, Natal Central, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Zona Norte e Reitoria, afim de conhecer as opiniões dos participantes sobre as questões ambientais que norteiam cada Câmpus.

Foram utilizadas pesquisas bibliográficas como fonte de embasamento para as análises e possíveis avaliações. As pesquisas foram desenvolvidas com base em material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos.

O questionário foi elaborado e adaptado do modelo de questionário do Artigo “Avaliação do nível de consciência ambiental em meios de hospedagem: uma abordagem exploratória” (FREITAS; ALMEIDA, 2010), levando em consideração principalmente os eixos norteadores da A3P, que são: Gestão Adequada dos Resíduos; Licitação Sustentável; Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos; Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Qualidade de Vida no Ambiente de trabalho.

Os dados foram analisados através da análise quali-quantitativa, processados e interpretados utilizando-se o software Microsoft Office Excel 2010, sendo realizada a mensuração de forma matemática simples como, porcentagem e probabilidade e exposta através de gráficos e tabelas.

Por sua vez, o espaço destinado para sugestões e críticas, característica qualitativa do instrumento aplicado, permitiram a identificação e estratificação das respostas e foram detalhadas com maior ênfase na conclusão do trabalho.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Caracterização dos Gestores e seus Respectivos Câmpus

Inicialmente, buscou-se caracterizar os respondentes e seus respectivos Câmpus, ficando constatado que o cargo de Diretor Geral do IFRN é composto por servidores de ambos os sexos, sendo que em sua maioria são do sexo masculino 80% e apenas 20% do sexo feminino. Do total de participantes da pesquisa podemos afirmar que ao aferirmos o grau de escolaridade a preocupação dos colaboradores com relação à qualificação profissional fica evidente, levando-se em conta que 70% dos respondentes declaram possuir mestrado, 20% possuem especialização e 10% doutorado. Por outro lado, nenhum dos respondentes possui pós-doutorado.

Ao analisarmos os dados referentes ao tempo de atuação no cargo constatamos que a maioria dos pesquisados têm pouco tempo no cargo de Diretor Geral, haja vista que 40% dos pesquisados têm apenas de 0 a 12 meses no cargo e 30% referem ter de 25 a 36 meses no cargo, perfazendo percentual de 70% juntos. Apenas 20% têm entre 3 e 4 anos no Cargo de Diretor Geral e somente o respondente no Cargo de Reitor apresenta tempo acima de 4 anos no cargo. Nenhum dos respondentes apresenta tempo no Cargo de Diretor Geral de 13 a 24 meses. Esse diminuto tempo no comando da Instituição é um aspecto importante para análise, pois se somarmos a isso às demandas advindas do cargo de Diretor Geral, além da quantidade deficitária de servidores, este fato poderá ser um dificultador para o planejamento bem como para a execução de projetos na área ambiental.

Ao tratarmos da quantidade de alunos regulares por Câmpus e de servidores por Câmpus podemos constatar que o Campus Natal Central apresenta dimensões bem superiores aos demais Câmpus pesquisados, e ao cruzarmos os dados observamos que o Câmpus Natal Central concentra 36,61% dos alunos matriculados e 47,71% dos servidores em relação aos demais Câmpus pesquisados. Um dado que nos chama atenção é que o Câmpus Natal Central apresenta percentualmente um maior número de servidores em relação ao número de alunos regulares por Câmpus, enquanto que os outros Câmpus pesquisados apresentam percentuais de alunos superiores aos de servidores como demonstra os gráficos a seguir.

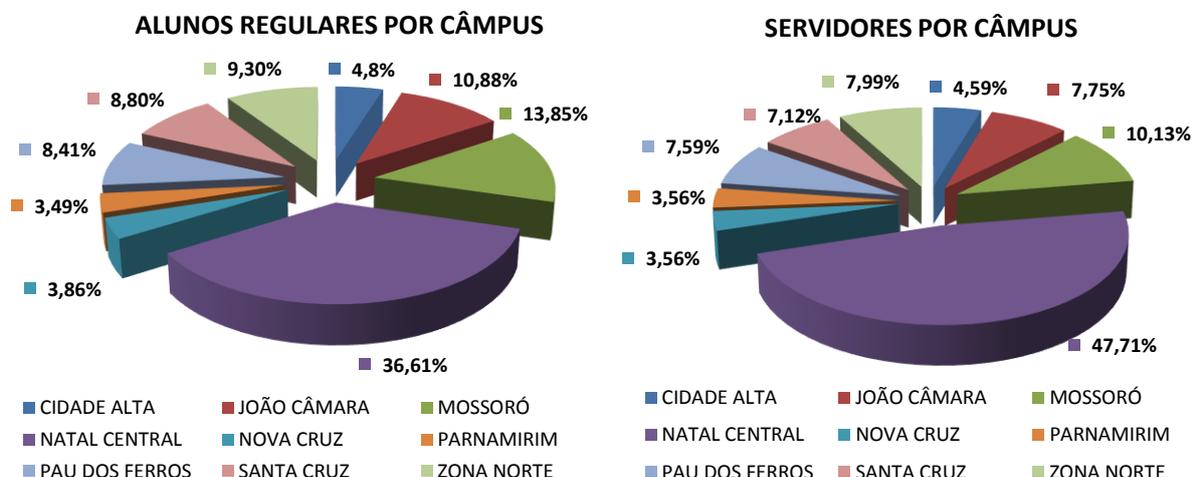


Figura 1 – Gráficos relacionando alunos regulares por Câmpus com servidores por Câmpus.

## 4.2 Discussões sobre a Aplicabilidade dos Eixos Norteadores da A3P no IFRN

Os resultados obtidos através da aplicação de questionário, utilizando como base as dimensões que compõem os eixos temáticos da A3P referenciados neste trabalho tornam possíveis e pertinentes fazermos algumas considerações sobre os resultados, tomando como base as teorias estudadas neste artigo que são:

### 4.2.1 *Gestão Adequada dos Resíduos*

No que concerne à dimensão “**Gestão Adequada dos Resíduos**”, a mesma está relacionada a operacionalização do gerenciamento total de resíduos produzidos pelo IFRN, bem como transporte beneficiamento e destino final destes resíduos. De acordo com os dados coletados constata-se que em relação a esta dimensão, se levarmos em consideração apenas os graus de concordância e discordância pode-se afirmar que os Câmpus pesquisados têm a preocupação com a gestão adequada dos resíduos produzidos, pois o percentual de concordância de uma forma geral foi superior ao percentual de discordância nas declarações avaliadas, principalmente na declaração nº 2 onde consta que a Instituição (tem implantado plano de redução de resíduos sólidos de forma continuada), pois o percentual de concordância chega a 60%, como podemos observar na tabela 1.

Este é um dado importante, que demonstra a preocupação da gestão do IFRN sobre a preservação do meio ambiente e a intenção de cumprir a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No entanto, ao fazermos uma análise levando-se em consideração a questão da neutralidade como sendo um fator a ser trabalhado conjuntamente com o grau de discordância, podemos aferir que existe a necessidade de implementação de um trabalho mais efetivo com relação a gestão adequada dos resíduos, pois com exceção da declaração nº 2 citada anteriormente, que mantém o percentual de concordância igual a 60%, as demais declarações passam a ter o grau de concordância inferior ao de discordância. Isto poderá vir a ser, devido ao fato de que alguns Campus ainda se encontram em processo de implantação, além disso, alguns dos Diretores Gerais assumiram o cargo recentemente não dispo de tempo hábil para desenvolver projetos voltados para essa finalidade, como foi explicitado por parte dos respondentes.

Podemos destacar dentro das declarações avaliadas que a maioria dos Câmpus pesquisados responderam que têm implantado plano de redução de resíduos sólidos de forma continuada, constituindo uma grande ferramenta para preservação do meio ambiente.

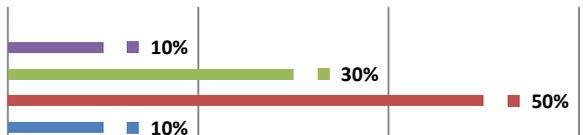
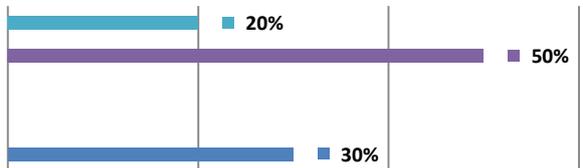
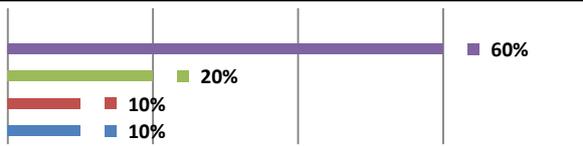
Tabela 1: Gestão Adequada dos Resíduos

Declarações Avaliadas		Grau de Concordância					Gráficos
		DI	D	N	C	CP	
1	O Campus que gerencio tem controle dos resíduos gerados.	1	3	2	3	1	
2	Tem implantado plano de redução de resíduos sólidos de forma continuada.	0	3	1	5	1	
3	Há coleta seletiva e encaminhamento para compostagem, reciclagem e reuso.	2	2	2	3	1	
4	A Instituição na qual sou gestor mantém programa interno de treinamento e de conscientização de servidores para a redução de resíduos sólidos.	1	1	3	4	1	

#### 4.2.2 Licitação Sustentável

A dimensão “**Licitação Sustentável**” está relacionada a incorporação da variável ambiental nas licitações realizadas pelo IFRN, bem como ao cumprimento das Leis vigentes sobre o assunto. A prática da Licitação Sustentável se constitui um grande passo para criamos uma cultura de preservação do meio ambiente e para o crescimento sustentável. A partir dos dados coletados em relação a este tópico, verifica-se que a maioria dos respondentes não praticam as licitações sustentáveis como demonstra a declaração nº 5 (a Instituição pratica licitações sustentáveis), pois de acordo com o que foi respondido o percentual de discordância chega a 60% como demonstra claramente o gráfico da tabela 2. No entanto as demais declarações demonstram que existe uma preocupação em caminhar na direção da prática das licitações sustentáveis, ficando patente esta afirmação, pois os percentuais de concordância nas declarações 6, 7 e 8 são superiores às discordâncias como mostram os gráficos da tabela 2, onde podemos afirmar que a maioria dos respondentes demonstrou a preocupação em fazer construções de forma ambientalmente correta 70%, e também utilizam critérios ambientais ao licitar produtos 60%. Apesar disso ainda existe uma boa margem a ser trabalhada para a efetiva implementação e prática das almeçadas licitações sustentáveis e o cumprimento da Lei 8666, bem como da Instrução Normativa IN SLTI/MPOG Nº 01, de 19.01.2010 e o Decreto Nº 7746 de 05.06.2012.

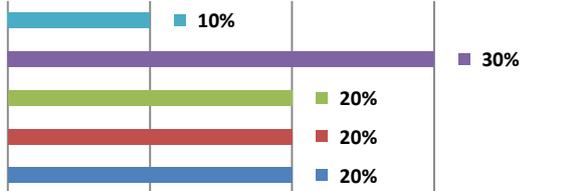
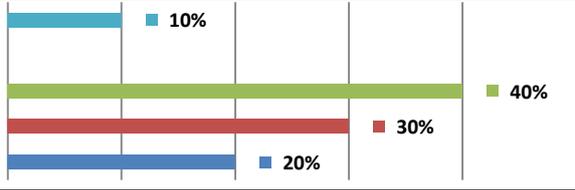
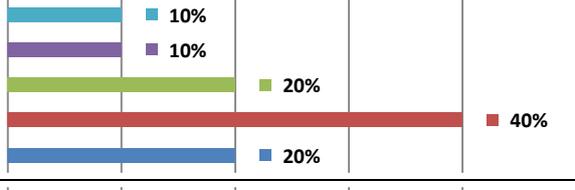
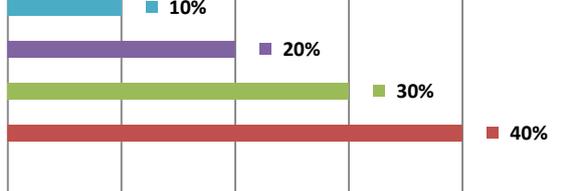
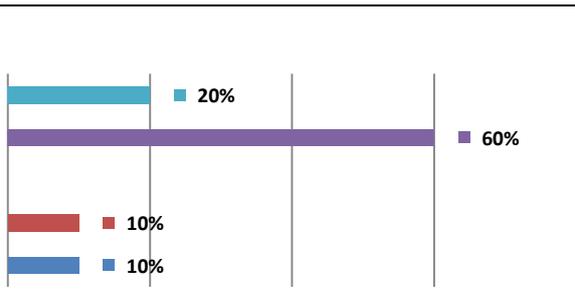
Tabela 2: Licitação Sustentável

DECLARAÇÕES AVALIADAS		GRAU DE CONCORDÂNCIA					GRÁFICOS
		DI	D	N	C	CP	
5	A Instituição pratica licitações sustentáveis	1	5	3	1	0	
6	Existe a preocupação em fazer construções de forma ambientalmente correta.	3	0	0	5	2	
7	Utilizo critérios ambientais ao licitar produtos.	1	1	2	6	0	
8	Levo em consideração critérios ambientais ao contratar uma empresa para realizar serviços em meu Câmpus.	2	1	3	4	0	

#### 4.2.3 Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos

A dimensão “Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos” corresponde a utilização destes recursos de forma eficiente e coerente com as atividades desenvolvidas no IFRN, evitando desperdícios e preservando-os para as gerações futuras. Ao estimar os dados coletados referentes a esta dimensão, se levarmos em consideração somente os graus de concordância e discordância, pode-se afirmar que os percentuais de discordância com exceção da declaração nº 13 (no Câmpus que gerencio existe a preocupação com o destino do papel impresso, do cartucho de tinta, do disquete, e das baterias originadas das atividades da Instituição), são superiores aos percentuais de concordância como podemos ver na tabela 3. Ao considerarmos os percentuais de neutralidade conjuntamente com os de discordância podemos observar que estes percentuais ficam bastante superiores aos de concordância, nos levando a crer que o IFRN necessita dedicar-se de forma mais contundente no controle do uso dos recursos naturais e bens públicos. Um dado que chama a atenção é que 60% admitem não haver na Instituição instalações e equipamentos que evitam o desperdício de água e energia. Faz-se necessário uma prática mais intensiva por parte dos gestores, isto é, a implantação de forma continuada de um plano ou programa de ações para a prática do uso racional dos recursos naturais e bens públicos, pois apesar de a maioria demonstrar a preocupação com o destino dos papéis, cartuchos de tinta, baterias utilizadas na instituição, etc, falta-lhes uma maior preocupação com o controle e redução da água, energia elétrica e consumo em geral produzidos.

Tabela 3: Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Declarações Avaliadas		Grau de Concordância					Gráficos
		DI	D	N	C	CP	
9	O Câmpus que gerencio tem monitoramento específico do consumo de água.	2	2	2	3	1	
10	É utilizado de preferência, materiais biodegradáveis na Instituição.	2	3	4	0	1	
11	Nossa Instituição possui instalações e equipamentos que evitam o desperdício de energia e água.	2	4	2	1	1	
12	A Instituição tem implantado programas de racionalização de energia. Usa fontes alternativas de energia.	0	4	3	2	1	
13	No Câmpus que gerencio existe a preocupação com o destino do papel impresso, do cartucho de tinta, do disquete, e das baterias originadas das atividades da Instituição.	1	1	0	6	2	

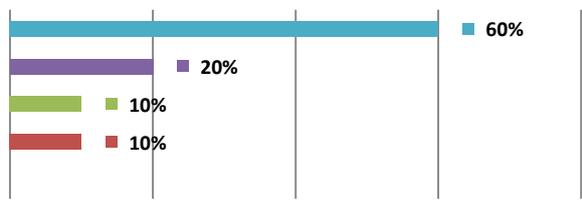
#### 4.2.4 Sensibilização e Capacitação de Servidores

Ao falarmos sobre a dimensão “**Sensibilização e Capacitação dos Servidores**” tentamos mensurar a existência de cursos de capacitação, projetos de sensibilização ou programas de conscientização para práticas sustentáveis dentro dos Câmpus do IFRN, na perspectiva de se criar uma consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores.

De acordo com os dados coletados, a maioria dos pesquisados responderam de forma positiva, demonstrando estar de acordo com a conscientização dos servidores para práticas ambientais sustentáveis como fica explicito na tabela 4. Podemos exemplificar como destaque, a declaração nº 15 (a Instituição que gerencio investe em sensibilização e capacitação dos servidores para práticas ambientais sustentáveis), onde 70% dos pesquisados responderam demonstrando concordância. No entanto, se levarmos em consideração os percentuais de neutralidade podemos

dizer que ainda há uma boa margem a ser trabalhada para que possamos realmente conscientizar aqueles que compõem o IFRN para as práticas ambientais sustentáveis.

**Tabela 4: Sensibilização e Capacitação dos Servidores**

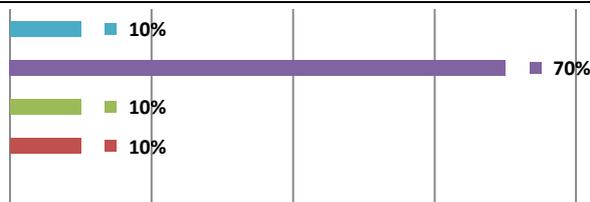
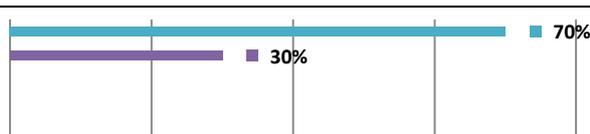
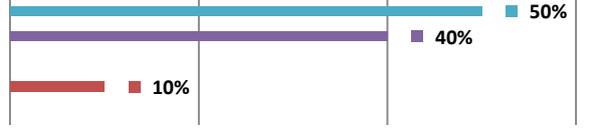
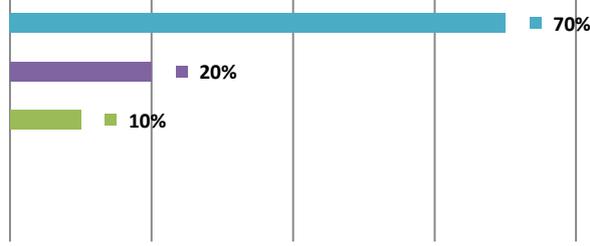
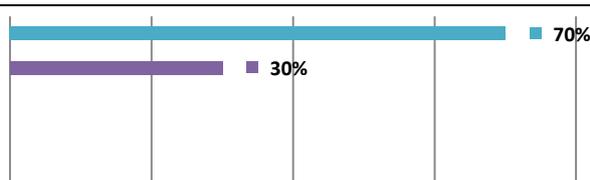
Declarações Avaliadas		Grau de Concordância					Gráficos
		DI	D	N	C	CP	
14	Sabendo que uma outra Instituição de Ensino tem práticas ambientais me interesse por conhecê-las e implantá-las no Campus que administro.	0	1	1	2	6	
15	A Instituição que gerencio investe em sensibilização e capacitação dos servidores para práticas ambientais sustentáveis.	0	2	1	6	1	
16	Existe em meu Câmpus capacitação contínua dos servidores para práticas ambientais sustentáveis.	1	3	2	4	0	
17	A Instituição na qual sou gestor mantém programa interno de treinamento e de conscientização de servidores para a redução de consumo de água e energia elétrica.	2	2	2	3	1	

#### 4.2.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

No que se refere a dimensão “**Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho**” buscou-se aferir o nível de preocupação dos gestores com a qualidade de vida dos servidores, bem como o grau de comprometimento destes gestores com o tema. De acordo com os gráficos contidos na tabela 5, podemos afirmar que existe um alto nível de concordância com o tema, ficando explícito nas respostas às declarações avaliadas. Esta dimensão apresentou os maiores percentuais de concordância da pesquisa, isto demonstra que o IFRN atua de forma propositiva na busca de melhores condições de trabalho dos seus servidores na tentativa de garantir-lhes uma melhor qualidade de vida no seu ambiente de trabalho. Podemos destacar a declaração nº 19 (existe preocupação com a qualidade de vida no trabalho do servidor) e a declaração nº 22 (a procura

contínua por um ambiente humanizado é uma das metas na Instituição que gerencio), pois apresentaram percentuais de 100% de concordância.

Tabela 5: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Declarações Avaliadas		Grau de Concordância					Gráficos
		DI	D	N	C	CP	
18	A Instituição vem investindo recursos financeiros e/ou humanos na melhoria do seu desempenho ambiental.	0	1	1	7	1	
19	Existe preocupação com a qualidade de vida no trabalho do servidor.	0	0	0	3	7	
20	Existe projeto de qualidade de vida na Instituição que gerencio.	0	1	0	4	5	
21	A Instituição na qual sou gestor se preocupa em ofertar um ambiente apropriado para que o servidor possa desenvolver suas funções.	0	0	1	2	7	
22	A procura contínua por um ambiente humanizado é uma das metas na Instituição que gerencio.	0	0	0	3	7	

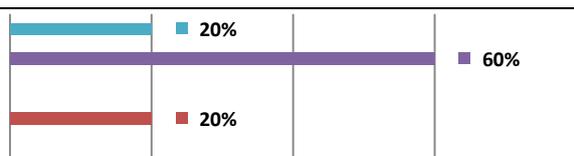
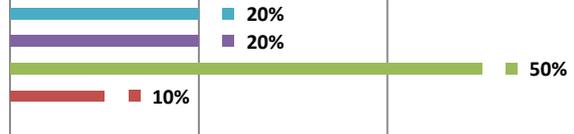
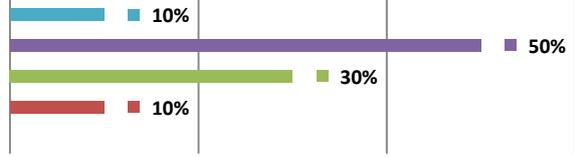
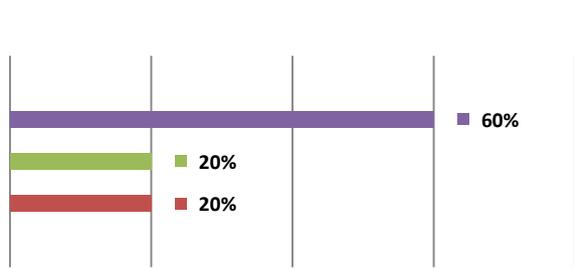
### 4.3 Dificuldades na Implementação da Gestão Ambiental

Além do nível de consciência dos gestores do IFRN, os dados obtidos por meio da pesquisa possibilitaram identificar as “**dificuldades na implementação da Gestão Ambiental**” mensurando os principais obstáculos para um melhor desempenho das práticas do desenvolvimento sustentável no IFRN, bem como buscando metodologias para solucionar problemas ocasionados na tentativa da preservação do meio ambiente e manutenção dos recursos para as gerações futuras.

Os resultados explicitados na tabela 6 deixam claro algumas dificuldades dos gestores na prática e manutenção de atividades de preservação do meio ambiente no IFRN. Um ponto que deve chamar a atenção é o alto índice de neutralidade quando as declarações avaliadas se referem a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), passando a impressão de que falta um maior conhecimento sobre esta ferramenta tão importante na preservação do meio ambiente na esfera pública. Pode-se afirmar também que o percentual de concordância com as dificuldades

enunciadas na tabela 6, superam os percentuais de discordância em todas as declarações avaliadas, onde a declaração nº 24 (a falta de pessoal treinado causa dificuldade para promover ações de sustentabilidade), apresenta o maior índice de concordância 80%, seguido das declarações nº 27 (o desinteresse dos servidores) e nº 29 (a falta de sensibilidade pelas questões ambientais), com 60% cada.

Tabela 6: Dificuldades na Implementação da Gestão Ambiental no IFRN

Declarações Avaliadas		Grau de Concordância					Gráficos
		DI	D	N	C	CP	
23	Sinto dificuldade para implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em meu Câmpus/Instituição.	0	0	5	4	1	
24	A falta de pessoal treinado causa dificuldade para promover ações de sustentabilidade.	0	2	0	6	2	
25	A burocracia exigida dificulta a implantação da A3P.	0	1	5	2	2	
26	A falta de incentivo do governo federal causa dificuldade para a realização de ações de sustentabilidade.	1	1	3	4	1	
27	O desinteresse dos servidores é um dificultador para implantação da A3P.	0	1	3	5	1	
28	O fator tempo também se constitui um dificultador para a implantação da A3P.	0	1	4	5	0	
29	A falta de sensibilidade dos servidores para as questões ambientais se reflete como dificultador para implantação da A3P na Instituição/Câmpus.	0	2	2	6	0	

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise dimensional da A3P realizada nos Câmpus do IFRN permitiu constatar o nível de consciência ambiental dos gestores que fazem esta Instituição, bem como as principais dificuldades enfrentadas para a prática de políticas ambientais. Para isso foi realizado uma abordagem exploratória de acordo com a aplicabilidade dos eixos norteadores da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Buscou-se com este estudo uma visão geral, isto é sistêmica sobre as questões que envolvem o meio ambiente e suas vertentes nos diversos Câmpus. O produto alcançado por este estudo configura os objetivos iniciais delineados.

Os resultados referentes à dimensão gestão adequada dos resíduos nos permite avaliar que a maioria dos gestores pesquisados, neste quesito, apresenta um bom nível de consciência ambiental, pois admitiram ter implantado em seu Campus, plano de redução de resíduos de forma continuada, no entanto, existe a necessidade de melhorias no que se refere a efetiva implantação de um processo de gestão de resíduos, considerando-se que alguns não praticam coleta seletiva, não possibilitando a compostagem e reciclagem do lixo produzido. Foi-nos colocado por alguns gestores de que nesta questão do tratamento dos resíduos produzidos, o campus até dispõe de coletores adequados, porém na localidade não existe o serviço de coleta seletiva por parte do órgão responsável da Prefeitura, não tendo o Campus como assumir sozinho tal serviço em função de limitações orçamentárias. Outro ponto a ser trabalhado é a questão do treinamento para a conscientização dos servidores para a redução dos resíduos e a prática da coleta seletiva, pois a estruturação da coleta seletiva será inócua se não houver uma educação para a conscientização da preservação do meio ambiente.

Na dimensão licitação sustentável, o aspecto relevante é que a maioria admite que a Instituição na qual é gestor não pratica licitações sustentáveis. A não utilização desta ferramenta traz grande prejuízo para a efetiva criação de uma consciência ambiental, se faz necessário urgentemente incorporar a variável ambiental nas compras realizadas pelo IFRN, deixando de levar em consideração unicamente a questão preço ao licitar os produtos. É preciso sair da intenção para a prática, pois em se tratando de licitações sustentáveis existe toda uma legislação que ampara e que precisa ser utilizada.

Quanto à dimensão uso racional de recursos naturais e bens públicos, fica patente de uma forma geral a falta de um controle maior sobre estes recursos e até mesmo a ausência de iniciativas que venham a preservar tais recursos. Mais uma vez deve-se buscar trabalhar o desenvolvimento de uma consciência voltada para a preservação do meio ambiente, através de treinamentos, cursos, palestras, etc, visando atingir tal objetivo. Existe a intenção isolada por parte do Campus Parnamirim em tentar o aproveitamento da água da chuva, no entanto apesar de se ter discutido com a engenharia, na prática não saiu ainda do projeto. O Câmpus Zona Norte refere ter pesquisas envolvendo os alunos, com a temática em eficiência energética, e que tem contribuído para ampliar a discussão sobre a racionalização do uso da energia. Houve a sugestão por parte do Câmpus Parnamirim de que no âmbito da Pró-Reitoria de Administração deveria existir uma estrutura permanente para desenvolvimento de projetos nessa área, de forma que pudessem envolver os campus na medida do possível, não que todas as ações fossem centralizadas, mas para que ao menos, houvesse um órgão articulador que cuidasse exclusivamente dessa pasta. Destarte, apesar da preocupação, ainda não existe um programa permanente de preservação dos recursos naturais de forma sistêmica, apenas ações isoladas.

A dimensão sensibilização e capacitação de servidores demonstra a preocupação dos gestores com a capacitação e sensibilização para as práticas ambientais e a formação da consciência cidadã. Neste aspecto, baseado nas respostas dos gestores, podemos dizer que o IFRN está continuamente preocupado em sensibilizar seus servidores para o desenvolvimento de uma consciência cidadã e para a preservação ambiental.

No que se refere à qualidade de vida no ambiente de trabalho a pesquisa comprova que esta dimensão apresentou os maiores índices de concordância, demonstrando que os gestores do IFRN apresentam-se comprometidos com a qualidade de vida no ambiente de trabalho dos seus comandados, constituindo-se um importante passo para a busca de uma consciência social apurada, fator fundamental para a criação da consciência ambiental.

Com relação ao quesito dificuldades a pesquisa apresentou um grande número de concordância nas declarações avaliadas, podendo-se acrescentar ainda, a falta de conhecimento mais aprofundado sobre A3P, o pouco tempo no cargo de Diretor Geral de alguns dos participantes, baixo número de servidores para cumprimento das diversas demandas exigidas no funcionamento do Campus, dentre outras. Foi-nos sugerido por alguns dos participantes da pesquisa a realização de cursos para os dirigentes e servidores sobre a A3P.

Diante deste cenário verificado em todas as dimensões analisadas podemos inferir que o IFRN necessita buscar a vanguarda da consciência ambiental, introduzindo de forma efetiva e consistente hábitos e práticas ambientais imprescindíveis ao alcance de uma proposta eco-desenvolvimentista confiável e duradoura, assumindo a responsabilidade de preparar as novas gerações para um futuro viável. Para isso faz-se necessário pôr de forma sistêmica na ordem do dia, a implantação e implementação da **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**, pois só assim estaremos saindo do campo da teoria e partindo para a verdadeira prática da preservação do meio ambiente para nós e para os que virão.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BITTAR, E. C.B. **Doutrinas e filosofias políticas**: contribuições para a história da ciência política. São Paulo: Atlas, p. 25-26, 2002.
2. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UnB, p. 10, 2000.
3. BOURDON, R. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
4. BROWN, L. R. **Eco-Economia**: construindo uma economia para a terra. Salvador: UMA, p. 85, 2003.
5. BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, p. 252, 2002.
6. COM - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Livro verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas. Bruxelas, p. 366, 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/comissaodascomunidades>>. Acesso em: 20 maio 2012.
7. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 81, 2007.
8. FREITAS, A. L. P.; ALMEIDA, G. M. M. **Avaliação do nível de consciência ambiental em meios de hospedagem**: uma abordagem exploratória. Sociedade e Natureza, Uberlândia: ago. 2010,

- p. 412.
9. FRITSCH, I. E. **Resíduos Sólidos e seus aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais**. Porto Alegre. EU/Secretaria Municipal da Cultura, p.143, 2000.
  10. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, p. 42, 2002.
  11. LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 111, 2001.
  12. MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, p. 490-498, 2000.
  13. MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: **Conferência mundial sobre o ensino superior**. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais. Paris: 1998, p. 46.
  14. MELAZZO, E. S. et al. **Políticas públicas e exclusão social: a construção do debate no interior do SIMESPP**. In: FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FCT. 4., 2003, São Paulo. Anais... São Paulo FCT, 2003.
  15. MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. Responsabilidade socioambiental. , 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>>. Acesso em: 20 jun. 2012a.
  16. \_\_\_\_\_. Gestão adequada dos resíduos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/gest%C3%A3o-adequada-dos-res%C3%AAduos>>. Acesso em: 18 jul. 2012b.
  17. \_\_\_\_\_. Licitação Sustentável. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/licita%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel>> . Acesso em 21 jul. 2012e.
  18. \_\_\_\_\_. Uso racional dos recursos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/uso-racional-do-recursos>> . Acesso em: 17 jul. 2012c.
  19. \_\_\_\_\_. Sensibilização e capacitação dos servidores. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/sensibiliza%C3%A7%C3%A3o-e-capacita%C3%A7%C3%A3o-dos-servidores>>. Acesso em: 15 jul. 2012d.
  20. \_\_\_\_\_. Qualidade de vida no ambiente de trabalho. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/qualidade-de-vida-no-ambiente-de-trabalho>>. Acesso em: 14 jul. 2012.
  21. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Contratações públicas sustentáveis – o uso racional dos recursos públicos. , 2012. Disponível em: < <http://tinyurl.com/cpsus12>>. Acesso em: 26 jun. 2012.
  22. OLIVEIRA, C. dos S. **Metodologia Científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano**. São Paulo: LTR, p. 61, 2000.
  23. RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 11, 2000.
  24. SANTOS, B de S. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, p. 296, 2006.
  25. VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5.ed. São Paulo: Ed. Atlas, p. 46-47, 2004.
  26. VIEZZER, M.; OVALLES, O. **Manual Latino-Americano de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, p. 192, 1994.
  27. YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, p. 32, 2001.